Recursos Públicos: O Perigo da Má Gestão e da Corrupção

Autor(res)

Nathalia Fernanda Goncalves Dos Santos Drumon
Stefhany De Oliveira Santos
Luciana Calado Pena
Ivone Alves De Sousa Santos
Maria Eduarda De Souza Ornelas
Gil César De Carvalho Lemos Morato
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O uso indevido de recursos públicos é uma prática que compromete a eficácia das políticas públicas e prejudica diretamente a sociedade. Esse problema pode ocorrer de diversas formas, incluindo corrupção, desperdício, fraudes e desvio de verbas destinadas a serviços essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. Esse conceito é amplamente discutido em contextos empresariais, governamentais e sociais, uma vez que pode resultar em sérias consequências legais e financeiras. O uso indevido de recursos públicos também é conhecido como peculato, crime grave previsto no Art. 313-A do Código Penal.

Objetivo

Esse estudo visa compreender em como as práticas da má gestão, desperdício e corrupção no uso do dinheiro público impactam a sociedade, comprometem a eficiência das políticas públicas e minam a confiança nas instituições governamentais.

Material e Métodos

Para este resumo, foi conduzida uma revisão bibliográfica, estudo de casos e dados estatísticos com o objetivo de compreender o impacto do uso indevido de recursos públicos e identificar estratégias para combater essa prática. Além disso, foi realizada avaliação de literatura relevante e relatórios de regulamentação, para fornecer uma compreensão abrangente da legislação brasileira sobre os efeitos desse crime na sociedade.

Resultados e Discussão

O uso indevido de recursos públicos é um tema de grande relevância no contexto da administração pública e da ética governamental. Tal fato se dá quando verbas e bens que pertencem ao estado destinados as necessidades da sociedade são desviadas, e utilizadas de forma que não atendem aos interesses púbicos, geralmente em benefícios de interesses pessoais de alguém ou algum determinado grupo. Esse tipo de prática é ilegal, e afeta

diretamente a população, prejudicando a qualidade dos serviços oferecidos a sociedade. Os princípios da Administração Pública, previstos na Constituição Federal de 1988, são fundamentais para a execução transparente e eficiente dos recursos públicos. Destacam-se, entre eles, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A transparência é um elemento transversal que permeia todos esses princípios, garantindo que o cidadão possa acompanhar e avaliar a atuação governamental.

Conclusão

Para combater essas irregularidades, é fundamental que haja transparência na gestão dos recursos, fortalecimento dos órgãos de controle e maior participação da sociedade na fiscalização das ações governamentais. Medidas como auditorias regulares, divulgação de informações financeiras e canais de denúncia são essenciais para garantir o uso correto dos recursos e evitar prejuízos ao interesse público.

Referências

Legale Educacional. (2025). Controle de gastos públicos: princípios e desafios jurídicos. Acesso em 26 de março de 2025, disponível em: https://legale.com.br/blog/controle-de-gastos-publicos-principios-e-desafios-juridicos/
Terencio Advocacia. https://www.terencioadvocacia.com.br/glossario/o-que-e-uso-indevido-de-recursos/
JusBrasil.https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=utiliza%C3%A7%C3%A3o+indevida+de+recursos+p%C3%BAblicos+em+proveito+pr%C3%B3prio
Ministério Público Federal (MPF). (n.d.). Conheça alguns exemplos de mau uso do dinheiro público. Turminha do MPF. Acesso em 26 de março de 2025, disponível em: https://turminha.mpf.mp.br/explore/honestidade/corrupcao/conheca-alguns-exemplos-de-mau-uso-do-dinheiro-publico